

Legislação PD&I

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm), que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, atualizada através do Decreto 9.412, de 18 de Junho de 2018,

Decreto 8.241, de 21 de Maio de 2014 (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8241.htm), que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.958 de 20 de Dezembro de 1994.

Lei 8.958 de 20 de Dezembro de 1994 (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8958-20-dezembro-1994-348596-publicacaooriginal-1-pl.html>), para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

Decreto 6.008 de 29 de Dezembro de 2006 (http://www.suframa.gov.br/download/legislacao/federal/DECRETO%20N%C2%BA%206008,%2029_dez_2006.pdf), que trata do benefício fiscal concedido as empresas que produzam bens de informática na Zona Franca de Manaus que investirem em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.

Resolução 71 de 06 de maio de 2016 do Decreto 6.008 (http://site.suframa.gov.br/assuntos/pesquisa-e-desenvolvimento/copy_of_pesquisa-e-desenvolvimento/resolucao-no-71-de-6-de-maio-de-2016.pdf/view), que disciplina o cumprimento das obrigações relativas aos investimentos em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, estabelecidas para as empresas que produzem bens de informática beneficiados no âmbito da Zona Franca de Manaus.

Emenda Constitucional N. 85, de 26 de fevereiro de 2015 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm), que altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação;

Lei N. 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm), que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação;

Decreto N. 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm), que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;



FUNDAÇÃO
UNIVERSITAS
DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Resolução N°024/2011 - CONSUNIV (<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/res/601-25.pdf>), que disciplina o relacionamento da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com as Fundações de Apoio, na realização de projetos específicos e dá outras providências, tendo como fundamento a Lei Estadual n. 2.579/1999 e, analogicamente, os parâmetros fixados pela Lei Federal n. 12.349/2010 e pelo Decreto n° 7.423/2010.